



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **1001073-24.2023.5.02.0318**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 31/07/2023

Valor da causa: R\$ 42.672,76

Partes:

RECLAMANTE: ROBERTO GONCALVES PEREIRA

ADVOGADO: ROSELI FREITAS DE JESUS CASTRO

ADVOGADO:

ADVOGADO: ANA BEATRIZ BAPTISTA DOS SANTOS

ADVOGADO: MAYARA ROCHA DE LIMA PIRES

ADVOGADO: ROSANGELA FERREIRA EUZEBIO

ADVOGADO: MYLENNE TOMASS VALBAO RAMOS

ADVOGADO: GLEICE TAVARES

ADVOGADO: JOSE ARTHUR DI PROSPERO JUNIOR

ADVOGADO: KARINA LEMOS DI PROSPERO

RECLAMADO: HRJ TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

ADVOGADO: VICTOR HUGO AMORIM DE LIMA

TERCEIRO INTERESSADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO MONDIAL OFFICE & RESIDENCE
FLAT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATSum 1001073-24.2023.5.02.0318
RECLAMANTE: ROBERTO GONCALVES PEREIRA
RECLAMADO: HRJ TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

Editais de Leilão Judicial Unificado

8ª Vara do Trabalho de Guarulhos/SP

Processo nº 1001073-24.2023.5.02.0318

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 19/11/2026, às 11:27 horas, através do portal da leiloeira Priscila da Silva Jordão - www.psjleiloes.com.br, serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: ROBERTO GONCALVES PEREIRA, CPF: 284.870.428-48, exequente, e HRJ TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA, CNPJ: 27.914.460/0001-81, executada, conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

Imóvel MATRÍCULA nº 72.994 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. INSCRIÇÃO FISCAL nº 112.04.15.0216.01.226 da Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP. DESCRIÇÃO: o APARTAMENTO (Flat) nº 2.104, localizado no 21º pavimento do EDIFÍCIO MONDIAL OFFICE & RESIDENCE FLAT, situado na Rua Barão de Mauá, nº 450, com a Rua General Osório, no Parque Estrela, perímetro urbano, com a área privativa real de 33,490m²; a área real total comum de 41,339m²; perfazendo a área total construída de 74,829m²; correspondendo-lhe fração ideal de 0,41459% no terreno condominial, cabendo a mesma, o direito a guarda e estacionamento de um automóvel de passeio, em vaga indeterminada, e sujeita a atuação de manobrista, na garagem coletiva localizada no 2º subsolo. OBSERVAÇÕES: 1) Imóvel objeto de INDISPONIBILIDADES em outros processos; 2) Conforme despacho id.649e2ad: "...O imóvel será adquirido livre de ônus fiscais anteriores à arrematação, em razão da aquisição originária decorrente da alienação judicial..."; 3) Nos termos do art. 79, §§ 6º e 7º da Consolidação das Normas da Corregedoria (provimento GP/CR nº 04/2026), o adquirente estará isento dos débitos não tributários de natureza propter rem relativos ao referido bem, que se sub-rogarão no preço da aquisição. Imóvel AVALIADO em R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

Local dos bens: Rua Barão de Mauá, nº 450, apartamento nº 2.104, Centro, Guarulhos/SP.

Total da avaliação: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

Lance mínimo do leilão: 40% da avaliação.

Leiloeira Oficial: Priscila da Silva Jordão

Comissão da Leiloeira: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica, nos termos dos artigos 79 e seguintes da Consolidação das Normas da Corregedoria - CNC do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Provimento GP/CR nº 04/2026).

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto à leiloeira, por e-mail: trt2@psjleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão, no entanto, a oferta de lances deverá ser feita diretamente no site da leiloeira.

O(a) arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão da leiloeira, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão da leiloeira será paga diretamente a ela mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o(a) arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O(a) arrematante interessado(a) em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio da leiloeira, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante em até 10 (dez) parcelas mensais, as quais serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo(a) Juiz(a), ou no caso da sua não apresentação à Leiloeira no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o(a) arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o(a) exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado da leiloeira oficial ou de quem esta indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o(a) leiloeiro(a) oficial o compromisso de depositário(a) fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 23 de setembro de 2026.

MAURICIO TOMAZ DE OLIVEIRA
Servidor



Documento assinado eletronicamente por MAURICIO TOMAZ DE OLIVEIRA, em 23/09/2026, às 19:41:58 - 9706d60
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26092319415086400000488710009?instancia=1>
Número do processo: 1001073-24.2023.5.02.0318
Número do documento: 26092319415086400000488710009